

**FEDERAÇÃO NACIONAL DE KARATE – PORTUGAL
SECTOR TÉCNICO – DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE TREINADORES**

ELEMENTOS DE ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

**ANÁLISE INSTITUCIONAL DO KARATÉ
(Desenvolvimento Institucional)**

**ABEL FIGUEIREDO
2005**

INTRODUÇÃO

O enquadramento institucional do Karaté em Portugal e no Mundo foi e é o único instrumento da sua expansão moderna.

Desde a institucionalização do Karaté no Dai Nipon Butokukai (Japão) que se iniciaram os movimentos de construção da sua unidade, consolidada na passagem pelo movimento federativo no Japão pós Guerra.

Na Europa e em Portugal o Karaté institucionalizou-se em torno de organizações pré-federativas, sendo hoje evidente que a Federação Nacional de Karaté – Portugal representa a institucionalização máxima com reconhecimento público.

Mas a institucionalização de uma modalidade desportiva como o Karaté não pára. O pressuposto normal para a mudança institucional é uma nova estruturação dos diversos sistemas para melhor responder e dar sentido às necessidades, aspirações e motivações dos seus agentes desportivos.

Ainda cedo para pormenorizar os verdadeiros sinais da mudança no Karaté nacional, na primeira parte deste trabalho vamos contribuir para a percepção de alguns sinais de mudança estatutária no que se refere principalmente ao enquadramento técnico-pedagógico da modalidade. Vamos, pois, procurar perceber primeiro as formas que emergem de determinados conteúdos próprios da modalidade, para depois podermos esclarecer o seu sentido possível (gestão).

O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO KARATÉ

Japão

O Período Pré-Butokukai

A nascitura do Karaté moderno (sec. XX) está ligada a um confluir de valores sócio-culturais com métodos de combate desenvolvidos particularmente em Okinawa (Japão). Este confluir reflecte uma determinada sociedade num determinado tempo.

Quem se quisesse iniciar na prática do Karaté teria que procurar a sua aceitação por um mestre com um ensino mais individualizado do que massificado. O teste da prática (treino) era mais sentido do que visto, já que o significado do treino era sempre a luta real, sem regras institucionalizadas. A componente competitiva institucionalizada não foi o verdadeiro motor da génese do Karaté moderno.

O primeiro momento de massificação nas escolas de Okinawa durante a transição do século XIX para o XX, assume e releva-nos as preocupações **educativas** que motorizaram a expansão da arte de Okinawa que ainda se não chamava generalizadamente Karaté. Também podemos afirmar que ainda não havia a denominação institucionalizada das escolas / estilos como temos hoje.

No século XX, faz-se a integração continental nipónica nos BUDO. Este movimento grandemente influenciado por Jigoro Kano (fundador do Judo) é o movimento nipónico de transição das “artes marciais de defesa pessoal” para as “artes marciais de educação” e mesmo para os “desportos de combate educativos”. É o movimento institucional no seio da **Dai Nipon Butokukai** com vínculos imperiais.

O Período Butokukai

O Karaté torna-se BUDO nos anos 30 e, nesse movimento, desenvolve-se a generalização do nome (Karaté) com a perspectiva BÛDÔ (Karaté-dô), desenvolve-se o equipamento oficial (Karaté-gi), desenvolve-se o sistema de graduações (dan/kyu), assim como se desenvolve uma prova de teste do nível de prática: Kumite.

Curiosamente, também é nesta altura que se desenvolve a institucionalização das escolas / estilos. Inicialmente sem ser por iniciativa própria mas também por analogia à integração nos BUDO, e, depois então, por iniciativa própria de afirmação de determinadas diferenças, lá foram nascendo denominações como Goju-Ryu, o Shotokan, o Shito-Ryu, o Wado-Ryu, etc.

Uma questão histórica que tem a ver com este fenómeno foi a necessidade de a opção de desenvolvimento do Karaté como Budo envolver o desvinculo institucional com as artes marciais chinesas. Ora isto provocou também a necessidade de construir a denominação de escolas próprias prévias ao Karaté a inscrever no Dai Nipon Butokukai pois todos os budokas vinham de escolas específicas de uma determinada arte Budo e, assim, os Karatecas tinham também as suas escolas de referência, afirmando-se tão Budo como outras.

A liderança dessas escolas / estilos foi feita pelos mestres da altura e, se o Judo se impôs institucionalmente como um sistema único de receptáculo de várias escolas, o Karaté não teve esse percurso já que não havia um líder único desses movimentos de modernização da arte de Okinawa e a sua institucionalização foi, de certa forma, dramaticamente interrompida pela II Guerra Mundial. Este fenómeno agudizou ainda mais a separação institucional entre as escolas de Karaté que se reuniam na consolidação do seu próprio estilo.

O Período Federativo (JKF)

Após a Guerra, o modelo do Imperador e do Dai Nipon Butokukai dele dependente não encontra o mesmo solo fértil de desenvolvimento do pré Guerra. Pelo contrário: são proibidas a generalidade das “artes marciais”. Mais uma vez se fomenta o desenvolvimento próprio de cada escola / estilo e, dentro de cada estilo, surgem mesmo diferentes visões de desenvolvimento institucional.

Preparava-se a consolidação da massificação o Karaté interrompida pela Guerra, lançando quer o robustecimento da massificação Japonesa iniciada nas Universidades, quer o verdadeiro movimento expansionista a nível mundial.

Um aspecto relevante para estas duas massificações foi o desenvolvimento da prova de Kumite que, iniciado ainda no Dai Nipon Butokukai, começa a assumir a versão de competições institucionalizadas à imagem do Judo e do Kendo.

Na verdade, o fenómeno competitivo institucionalizado, só teve espaço para emergir após a II Guerra Mundial. Inicialmente com maior incidência em grupos de praticantes do mesmo estilo/escola: A Japan Karate Association (JKA) exclusivamente Shotokan, faz os seus primeiros campeonatos de Karaté em 1957; etc.

Em 1962-1964 funda-se a Federação Japonesa de Karaté (JKF) com as quatro linhas de escolas / estilos e, em 1965, fazem-se os primeiros campeonatos japoneses de Karaté.

Portugal

Em 1966 é fundada a EKU, tendo lugar em Paris os primeiros campeonatos Europeus de Karaté. Em 1970, em Tokyo, funda-se a WUKO e decorrem os primeiros campeonatos mundiais de Karaté. Iniciava-se, pois, uma outra expansão mundial, baseada essencialmente na vertente competitiva, expansão essa que Portugal agarra formalmente em 1972 com a participação do CPK nos segundos campeonatos mundiais em Paris.

Em Portugal poderemos caracterizar quatro períodos do desenvolvimento institucional da modalidade.

Um **Período Pré-CDAM** iniciado por volta de 1963 com o surgimento da prática da modalidade na Academia de BUDO, até à criação da Comissão Directiva de Artes Marciais (CDAM) em 1972.

O **Período CDAM** cuja extinção em 1986 é antecedida em 1985 pela criação da FPK (Federação Portuguesa de Karaté) por parte de movimentos do Karaté mais críticos em relação à CDAM, e pela criação da FPKDA (Federação Portuguesa de Karaté e Disciplinas Associadas) em 1986 por movimentos do Karaté e outras disciplinas mais ligados à CDAM.

O **Período Pós-CDAM** com a coexistência de duas federações não reconhecidas pelo Estado e com a regulamentação pela Assembleia da República do controlo do licenciamento do ensino de artes marciais pela extinta DGD (o que nunca foi verdadeiramente operacionalizado).

O **Período FNK-P** que, iniciado com a criação de uma comissão mista FPK/FPKDA em 1991, origina a criação da Federação Nacional de Karaté - Portugal (FNK-P) com a sua primeira Assembleia Geral em 1992, onde são eleitos os primeiros órgãos directivos comuns.

A Emergência Federativa

Num período Pós-CDAM, a estruturação do Karaté Nacional assentou em duas federações:

A Federação Portuguesa de Karaté (FPK), fundada em 2 de Março de 1985, com escritura lavrada por 3 Associações a 27 de Março de 1985 e publicada a 8 de Maio do mesmo ano no D.R. nº 105 III Série;

A Federação Portuguesa de Karaté-do e Disciplinas Associadas (FPKDA), com escritura de 24 de Janeiro de 1986, com 11 Associações, publicada no D.R. nº 31 II Série, de 6 de Fevereiro de 1986.

A primeira explicitava como objectivo específico e principal o "desenvolver, incentivar e dinamizar a prática do Karaté como actividade formativa, desportiva e cultural, bem como dirigir e regulamentar a prática desportiva desta modalidade no País." (nº 1 do art. 2º dos seus estatutos). A federação referida em segundo lugar, tinha como objectivo "[...] a divulgação do Karaté e outras artes marciais que a ela pretendam aderir, dentro do espírito amador, promovendo e reforçando as relações de respeito e amizade entre os seus membros, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu carácter" (nº 1 do art. 1º dos seus estatutos).

O DESENVOLVIMENTO FEDERATIVO EM PORTUGAL

É em 1992 que se fundem as duas federações numa única estrutura: a Federação Nacional de Karaté – Portugal (FNK-P).

Nos seus estatutos aprovados na primeira Assembleia Geral realizada em 15 de Fevereiro de 1992, definiram-se como objectivos centrais os que ainda hoje vigoram: a promoção, regulamentação e direcção nacional da prática do Karaté e disciplinas afins, a representação pública nacional e internacional, a organização de provas e respectivos regulamentos, selecção e promoção das condições de treino dos elementos e equipas representantes do país, e a formação e licenciatura de treinadores, árbitros e demais juízes.

Estes objectivos não se diferenciavam muito dos objectivos das federações anteriores, sendo, no entanto, de salientar o carácter holístico estatutariamente expressos pelas FPKDA e FNK-P, ao se referirem ao Karaté e às "disciplinas associadas" ou "disciplinas afins", ao passo que a FPK se direccionava com exclusividade para o Karaté. A FNK-P abandona esse carácter mais holístico por volta de 1993, centrando-se, desde aí, exclusivamente no Karaté.

Uma FEDERAÇÃO DESPORTIVA é um organismo estrutural fundamental no desenvolvimento de uma modalidade desportiva.

A federação representa os interesses dos seus associados junto dos poderes públicos, dando corpo, coerência e sentido aos planos, programas e projectos de operacionalização do desenvolvimento da modalidade, sendo, por excelência, o espaço onde todos os quadros do Karaté nacional podem encontrar uma estrutura de apoio concreto à viabilização desse desenvolvimento.

Com o nascimento da Federação Nacional de Karaté - Portugal (FNK-P) em 1992 alterou-se o enquadramento institucional onde se englobava o Karaté nacional e outras actividades afins. Logo a seguir veio o movimento da utilidade pública desportiva que culminou em 95/96.

A Novidade Organizacional

Como órgãos da FPK tínhamos a Assembleia Geral, a Direcção, o Conselho Técnico, o Conselho Fiscal e o Conselho de Justiça, sendo o seu mandato por 4 anos (art. 8º). Os da FPKDA eram o Congresso, a Mesa do Congresso, a Direcção, o Conselho Fiscal, o Conselho Técnico e o Conselho Disciplinar.

Os órgãos iniciais da FNK-P foram a Assembleia Geral, a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, o Conselho Jurisdicional, a Direcção, o Conselho Disciplinar e o Conselho Técnico.

Sob influência do regime jurídico das federações desportivas (RJFD), estabeleceram-se os seguintes órgãos:

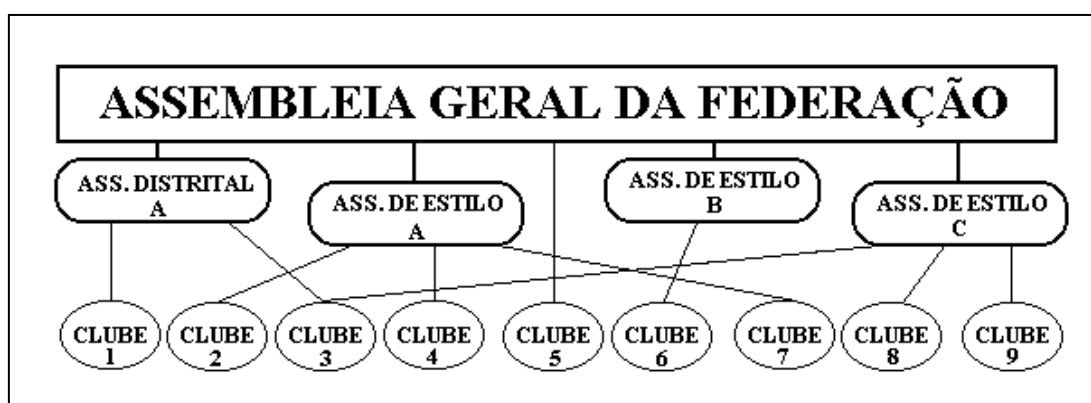
- Assembleia Geral;
- Presidente;
- Direcção;
- Conselho de Arbitragem;
- Conselho Fiscal;
- Conselho Jurisdicional;
- Conselho Disciplinar.

Desapareceu a Mesa da Assembleia Geral como órgão, assim como o Conselho Técnico. Emergiu e consolidou-se o Conselho Jurisdicional com competências ligadas à interpretação jurídica dos assuntos diversos (conflitos, recursos, deliberações, estatutos, regulamentos, etc.) e, surgiu o órgão Presidente, responsabilizando-o visivelmente pelo estado da federação (ao nível da representatividade, convocação, nomeação, contratação, etc.).

A Participação dos Clubes na FNK-P

Na Assembleia Geral têm assento como sócios ordinários os clubes ou agrupamentos de clubes de Karaté e a sua organização é diversificada, podendo assentar em três grandes tipos de representação associativa:

- Representação de uma Associação de Escolas (Estilo);
- Representação de uma Associação Distrital;
- Representação de uma Associação de indivíduos (clube).



A participação de Associações de Escola ou "Estilo" é a participação que tradicionalmente fomentou o associativismo nas artes marciais. Este modelo caracteriza-se por ser um modelo policentralizador, assente nas relações estabelecidas em torno de um determinado "estilo" podendo ou não ser encabeçado por um técnico (mestre). O elo de ligação mais visível é a graduação, sendo o mestre mais graduado que delega as graduações para todos os outros. As competições, quando existem, são internas e, normalmente, restritas às associações de âmbito nacional; a participação internacional também costuma ser restrita à respectiva associação internacional com que se mantêm relações.

Em alguns casos surgem as Associações Distritais, mas não com a representatividade requerida, ou seja, não representando a totalidade dos clubes do Distrito, ou mesmo a sua maioria. O fomento do associativismo distrital não será consolidado facilmente já que os mecanismos tradicionais que têm levado à formação de associações de clubes de ou com karaté (dojo's) dizem respeito à graduação e às ligações afectivas existentes entre o mais graduado (mestre) - o que gradua - e o menos graduado - o que é graduado. A simples participação competitiva ou a regulação administrativa da actividade não tem sido argumento de peso à consolidação desse tipo de associativismo.

Quanto à participação directa dos clubes nas assembleias da federação, esclareça-se que o nº 3 do Artigo 26º do D-L 144/93 de 26 de Abril (Regime Jurídico das Federações Desportivas) estabelece que "os estatutos federativos não podem impedir os clubes e as sociedades com fins desportivos de participar na assembleia geral".

Deste modo decorre um enquadramento legal da heterogeneidade característica das artes marciais, o que tem muitos aspectos positivos ao nível de um órgão como a assembleia geral de uma federação, principalmente no que se refere à defesa dos vários interesses particulares à modalidade. Fica garantido por lei que qualquer tipo de associativismo emergente da realidade desportiva poderá ter participação na assembleia geral, sendo mesmo fomentada a emergência do associativismo entre praticantes, técnicos, árbitros, juizes, e outros agentes desportivos (ver nº 1 do Artigo 26º).

Sem qualquer dúvida que os resultados da experiência farão seguir o percurso natural do associativismo na modalidade, não cabendo à Federação decidir que tipo de Associações devem ser privilegiadas. Na verdade, cabe aos clubes a decisão dos critérios pelos quais querem ser representados na federação.

No entanto, cabe à federação a decisão por um modelo de operacionalização da sua intervenção no fomento do desenvolvimento da modalidade.

Face à heterogeneidade associativa, como treinadores deveremos estar sempre atentos com a intervenção federativa ao nível das actividades (competições, estágios, etc.) e da formação de agentes desportivos. Em sintonia com o estipulado na alínea I do art. 20º do D-L 144/93 de 26 de Abril, devemos preocupar-nos com a estrutura federativa responsável pela " direcção da actividade técnico-desportiva no âmbito do fomento, desenvolvimento e progresso técnico da modalidade, designadamente nas variáveis de formação [...], da detecção de talentos e da constituição de selecções nacionais".

Essa intervenção tem tido vários modelos que vamos analisar em seguida.

A Estruturação Técnica

O Período dos Conselhos Técnicos

Em relação às funções dos vários órgãos, remetemo-nos de seguida apenas às funções mais directamente ligadas aos aspectos técnicos e pedagógicos da modalidade. Assim, consideraremos principalmente as funções das Direcções e dos Conselhos Técnicos.

À **Direcção** da FPK competia "praticar todos os actos de gestão e administração dos negócios [...] necessários à prossecução dos seus fins, com ressalva da competência dos outros órgãos [...]" (art. 13º). À da FPKDA competia "a administração [...], pela qual é responsável perante o Congresso" (nº 4 do art. 6º).

A Direcção da FPK-P mantém inicialmente tais práticas de gestão e administração e respectivas competências e, a partir dos novos estatutos, responsabiliza mais o presidente pela gestão federativa, mesmo no que respeita à questão técnico-pedagógica aqui mais em análise.

O **Conselho Técnico**, para a FPK era o "órgão responsável pelos aspectos técnicos e pedagógicos do Karaté [...]", sendo integrado por 5 elementos "[...] que

serão obrigatoriamente técnicos de Karaté de reconhecida competência" (art. 14º, nº 2 e nº 1). Na FPKDA, "[...] integrado por titulares de cinto negro, [...]" era "responsável pelos aspectos técnicos [da Federação]" (nº 7 do art. 6º).

Na FNK-P é inicialmente retirada a "responsabilidade" estatutariamente expressa nas anteriores federações, tornando-o um "órgão de **consulta** da Direcção para todos os aspectos técnicos e pedagógicos da Federação." (art. 25 - sublinhado nosso). É claro o esvaziamento inicial das funções do Conselho Técnico para, acelerado pelo RJFD, desaparecer posteriormente.

O Período da Departamentalização Técnica

Dada a necessidade crescente de responder ao natural aumento da complexidade organizativa, técnica e pedagógica, as funções dos antigos Conselhos Técnicos das federações em geral foram passando para a própria Direcção que "profissionalizou" esse sector. Foram inicialmente os **Departamentos Técnicos** que se começaram a assumir como os grandes motores de desenvolvimento técnico e pedagógico da maioria das federações desportivas, sendo na figura do **Director Técnico Desportivo** qualificado que o Estado, por intermédio da tutela (DGD, IND, INDESP, etc.), afirmava como forma de garantir a correcta aplicação dos apoios prestados. A tutela chegou a emitir documentação referente a essa figura que, no caso do Karaté, nunca se consolidou, ao ponto de ainda hoje não existir um **Director Técnico Nacional** ao contrário da maioria das Federações.

O novo enquadramento estatutário da FNK-P, iniciou o percurso, esbatendo inicialmente o Conselho Técnico que, influenciado pelo Regime Jurídico das Federações Desportivas, desapareceu, consolidando-se as suas funções no **Presidente** e na **Direcção** com o apoio de uma primeira estrutura denominada Departamento Técnico. Mais tarde, evoluiu-se para o modelo actual (artigo 52 dos Estatutos) que distingue dois sectores (Técnico e Administrativo) e cinco departamentos. Um dos departamentos é mais do Sector Administrativo: Departamento de Informação. No Sector Técnico temos claramente quatro Departamentos:

- Formação;
- Seleccção;
- Competição (provas);
- Coordenação de Estilos.

O FUTURO INSTITUCIONAL NO KARATÉ PORTUGUÊS

Uma Nova Gestão

A mudança formal costuma ser decorrente de novas funções, ou seja, emerge da necessidade de responder à implementação de novos conteúdos. O novo enquadramento, as novas necessidades, aspirações e motivações respondem ou devem responder a um determinado estilo de gestão.

Se, em termos genéricos, a gestão consiste na delegação de trabalho a outras pessoas, em organismos federativos, porque emergem da confluência de outros organismos, a gestão consistirá na delegação de trabalho às Associações que formam a federação.

No associativismo desportivo ocidental, baseado na democracia representativa, a gestão federativa ultrapassa a simples gestão de recursos financeiros e humanos para se caracterizar pela gestão dos diversos interesses parciais revelados pelas associações membros. Daí que o motor de actuação a reter para os órgãos federativos é a coordenação intencional dos interesses parciais rumo a um verdadeiro sentido geral (nacional) às medidas tomadas.

Como o Karaté é oficialmente encarado como um desporto (no amplo e verdadeiro sentido do termo e não no restrito e falso sentido), e como as associações se juntaram e deram corpo a uma federação, aceitando portanto a nova situação desportiva, urge dar o salto, urge fazer o corte com outras formas de gestão comuns nas artes marciais; urge, verdadeiramente, amadurecer o associativismo, entendendo, desde logo, as diferenças de papéis dos vários agentes desportivos característicos do Karaté: praticantes, competidores, dirigentes, treinadores, técnicos de arbitragem, formadores, médicos, etc. Sem o trabalho coordenado de todos os agentes desportivos não conseguiremos dar o salto, fazer o corte, rumar um novo futuro para o Karaté nacional.

Hoje, mais do que nunca, urge fazer a gestão dinâmica dos recursos para que os objectivos se tornem realidade. A nova dinâmica federativa encerra novos objectivos, novas competências, e, desde logo, novos actores. É preciso situar bem os actores individuais e os actores institucionais.

Os Recursos Humanos

O clube é um conjunto de pessoas com diferentes papéis desportivos. Os **Praticantes** são o elemento principal do clube. São os recursos humanos primordiais na sua vida, juntamente com o respectivo Treinador. Eles constituem a essência do centro de prática (*dojo*) do clube. Assim, no Karaté, existe essa unidade organizacional básica que denominamos de centro de prática, mas que formalmente denominamos de *dojo*: 道 (dô / michi - caminho, moral, ensinamento, filosofia); 場 (jô - local). Aqui o ensino de Karaté vincula-se institucionalmente a uma linha de prática de karaté determinada que se denomina de *estilo* com o estabelecimento de uma hierarquia de níveis de prática através do sistema dan/kyu (graduações). Os treinadores, dependendo das suas instituições nacionais e internacionais de *estilo*, têm maior ou menor poder de atribuição de graduações que, por sua vez, são reconhecíveis pela FNK-P ao nível do Departamento de Coordenação de Estilos através da respectiva associação de filiação.

Assim sendo, **Praticante de Karaté** é todo o indivíduo que pratica a modalidade num centro de prática (*dojo*) sob orientação de um Treinador, sendo-lhe atribuído um determinado nível de prática através de uma graduação no sistema kyu/dan.

Note-se que o clube pode ter vários centros de prática sob a liderança técnica de um Treinador, mas a existência formal de um clube obriga à existência de outros recursos humanos, com destaque para os **dirigentes**. São estes os agentes que ocupam funcionalmente os **órgãos** do clube devidamente organizado com estatutos

reconhecidos institucionalmente ao nível da Tutela das Pessoas Colectivas através de um número: NIPC (Número de Identificação da Pessoa Colectiva). O clube pode ser unidesportivo, vocacionado para a prática apenas de uma modalidade de Karaté (o que é mais frequente) ou pode ser multidesportivo, ou seja: vocacionado para a prática de várias modalidades, entre as quais o Karaté através de um ou mais centros de prática (*dojo*). Pode assim também haver um clube com centros de prática de vínculos institucionais a estilos ou linhas diferentes de Karaté, assim como podem existir diferentes centros de prática em diferentes pontos do país vinculados nacional e/ou internacionalmente a uma organização de estilo. Isto é mais frequente do que aquilo.

O **Treinador** é o agente responsável pelo acto de treino ou ensino de Karaté e que está devidamente habilitado para o exercício dessas funções, independentemente das denominações específicas utilizadas. Normalmente é referido num *dojo* como *sensei* (先生) que é um termo genérico japonês que significa mestre ou professor ou ainda doutor¹. *Shihan* (師範) é um termo japonês que nas artes marciais costuma ser usado também para mestres de nível superior, podendo mesmo no Japão e entre Japoneses ser descortês a sua denominação como *sensei*. O treinador é o líder técnico do centro de prática e pode ser coadjuvado por outros treinadores.

A **Direcção Técnica** de um centro de prática corresponde a um treinador com a formação mínima de Treinador de Nível I, podendo ser coadjuvado por Treinadores Monitores. Esse treinador está normalmente vinculado a uma liderança técnica nacional e/ou internacional relativa a um estilo de prática de Karaté sendo conveniente, perante a FNK-P que esses **Directores Técnicos** a nível nacional tenham níveis de habilitação superiores: Treinadores de Nível II e, no caso Nacional, Treinadores de Nível III. Os regulamentos internos da FNK-P assumem o papel fundamental do Director Técnico relativamente à filiação dos respectivos associados (artigo 2º alínea f).

As **graduações** dos praticantes no sistema kyu (級) – graduações básicas² – / dan (段) – graduações avançadas³ –, envolvem os treinadores como protagonistas centrais no papel de avaliadores e normalmente é assumido que a avaliação do nível de prática de um praticante de Karaté deverá ser feito sempre por um avaliador com dois níveis de dan superiores ao da graduação atribuída e, se possível, em **júris** com três ou cinco membros nomeados pela respectiva instituição graduadora. O reconhecimento formal dessas graduações ao nível federado passa pela análise documental do Departamento de Coordenação de Estilos e o respectivo Conselho ou Comissão Nacional de Graduações, sendo as graduações de nível superior apenas reconhecidas com a aprovação da Assembleia Geral da FNK-P.

Os praticantes de Karaté podem participar em actividades competitivas institucionalizadas pela FNK-P, passando assim a ser considerados **competidores** e

¹ De acordo com a Wikipédia - enciclopédia online: <http://en.wikipedia.org/wiki/Sensei>

² Por ordem decrescente de kyu, normalmente do 9º kyu até ao 1º kyu, com atribuição de cores aos cintos numa progressão normal de branco, amarelo, laranja, verde, azul, vermelho e castanho. No entanto, quer o número de kyus quer a tipologia da progressão nas cores dos cintos pode ser diferente desta normalidade, pois tal depende de parâmetros próprios da organização de filiação.

³ Por ordem crescente do 1º dan até ao 10º dan com a utilização do cinto negro. No entanto, algumas linhas associativas usam só uma progressão até ao 5º dan, enquanto outras apenas até ao 8º dan. Ainda se deve referir que em tempos foram utilizados cintos diferentes para distinção dos níveis superiores de dan, como por exemplo o cinto vermelho e branco (do 6º ao 8º) e o cinto vermelho (9º e 10º); ou que ainda foi utilizada a colocação de riscas transversais para visibilidade dos respectivos dan. A tendência hoje em dia é a simples utilização do cinto negro sem qualquer marcação de distinção.

vulgarmente referidos como atletas. Baseado na estruturação das competições das modalidades olímpicas⁴, o competidor de Karaté é classificado por escalões etários⁵ podendo participar em dois tipos de **disciplinas** competitivas: Kata (型)⁶ e Kumite (組手)⁷. Cada uma destas disciplinas é dividida em **provas** que por sua vez se caracterizam em individuais ou de equipas, masculinas ou femininas e, no caso das provas individuais da disciplina de Kumite, em categorias de peso⁸. Há assim várias provas de Kata e várias provas de Kumite. O competidor é classificado pelo resultado obtido num determinado tipo de prova de uma das duas disciplinas da competição institucionalizada de Karaté. O treino de competidores necessita de um certo grau de especialização à respectivas regras e regulamentos, sendo bastante selectivo.

As competições institucionalizadas pela FNK-P têm também necessidade de **técnicos de arbitragem** que são formados e creditados pela própria Federação, no âmbito do Departamento de Formação em colaboração directa com o Conselho de Arbitragem. Várias categorias de habilitação são atribuídas aos Técnicos de Arbitragem, iniciando-se pela de Oficial de Mesa, passando depois a categorias específicas para a disciplina de Kata (Juiz Regional de Kata; Juiz Nacional de Kata) ou Kumite (Juiz Regional de Kumite; Juiz Nacional de Kumite; Árbitro Regional de

⁴ “Um desporto olímpico divide-se em duas categorias: as disciplinas e as provas. Uma disciplina é constituída por uma ou várias provas. Uma prova é uma competição de um desporto olímpico. A prova dá lugar a uma classificação e à entrega de medalhas e diplomas.” (COP)

⁵ Os pré-Infantis são os sub 10, os Infantis são os sub 12, os Iniciados são os sub 14, os Juvenis são os sub 16, os Cadetes são os sub 18, os Júniores são os sub 21 e os restantes são os Seniores.

⁶ Literalmente significa forma. O Kata é o nome generalista dado a um exercício tradicional de treino de Karaté constituído por um conjunto ordenado e codificado de acções técnico-táticas de combate, executadas de forma encadeada sem oposição, permitindo o treino solitário ou em grupo. Cada Kata tem um nome específico (saifa, seipai, jion, seichen, seishan, etc.) e são verdadeiros instrumentos culturais transmitidos no seio das escolas de Karaté. Na prova de Kata, o competidor tem que demonstrar conhecer o Kata que inicialmente anuncia perante o painel de arbitragem, executando correctamente a sequência dos movimentos na respectiva linha de execução, com demonstração de atitude real de combate, com dinamismo, coordenação e precisão nas várias acções que o constituem. No Kata de equipas, além do anterior, os três executantes têm que fazer o Kata de forma síncrona e demonstrar no final a respectiva aplicação (bunkai) apenas para efeitos de decisão entre o 1º e 2º classificados. As novas regras (2000) assentam no pressuposto de que existem oito Kata estandardizados (na versão da Federação Japonesa de Karaté), como que elementos obrigatórios, e que depois existem versões mais livres.

⁷ “kumi” quer dizer classe, secção, departamento, mas a partir do radical, mais um traço (糸) que literalmente quer dizer “encontro”, poderemos traduzir etimologicamente kumite por “encontro entre mãos”. É o combate livre (jogo devidamente regulamentado). No caso das provas de equipa, os combates decorrem sucessivamente entre cada um dos cinco ou três representantes de cada equipa, o que leva a uma sequência possível de cinco combates para os homens e três para as senhoras. Ganha a equipa que obtiver maior número de vitórias. A regra fundamental no Kumite é a do controlo absoluto de todos os movimentos já que não se pode ferir deliberadamente o adversário nem ter comportamentos que ponham em risco a própria segurança. Quem não cumpre estes princípios básicos é penalizado. Os competidores têm que executar os ataques de forma a evidenciar que com aquela acção técnica ou sequência de acções técnicas, caso não tivessem controlado intencionalmente o impacto final das técnicas executadas, poderiam ter ferido muito gravemente os opositores. Não se trata, portanto, de avaliar se se bateu com maior ou menor força. Avalia-se que, pelo tempo de entrada escolhido (timing), pela velocidade de execução demonstrada, pelas posturas inter-segmentares assumidas ao longo da acção, pela precisão conseguida no toque em zonas pontuáveis não protegidas pela guarda do adversário, e pela atitude de decisão demonstrada pelo comportamento global do executante naquela acção específica de combate regulamentado, se não houvesse controlo absoluto do impacto, poderíamos ter uma lesão grave no adversário. Nas propostas de novos regulamentos que entraram em vigor em Outubro de 2000, a lógica da pontuação alterou-se num sentido diferente: são mais pontuadas as execuções pontuáveis com maior grau de dificuldade. Surgem três níveis de pontuação: ippon (1 ponto); nihon (2 pontos); sanbon (3 pontos). Os seis parâmetros de avaliação de técnicas pontuáveis continuam os mesmos: boa forma, atitude desportiva, aplicação vigorosa, distância correcta, oportunidade adequada, zanshin. A atenção e concentração, a velocidade de execução e a coordenação para movimentos muito precisos são qualidades essenciais num Karateca de competição moderna. Estas qualidades são consolidadas numa formação ética de promoção e respeito pela integridade da vida.

⁸ São variáveis de acordo com o sexo e o escalão etário.

Kumite; Árbitro Nacional de Kumite). Das diversas funções desempenhadas nos painéis de arbitragem, assume relevância a de Chefe de Tatami que faz a gestão de toda a arbitragem no respectivo tatami, ou seja, na respectiva área de competição onde decorrem as diferentes provas de uma disciplina. Também este elemento técnico pode assumir funções relevantes na avaliação da prestação dos Técnicos de Arbitragem relativamente ao estabelecimento do ranking nacional previsto regulamentarmente.

Desde já, compreendemos que os principais recursos humanos do Karaté são os praticantes (P), os treinadores (T), os Directores Técnicos (DT), os competidores (C) e os técnicos de arbitragem (TA). Os principais recursos humanos relacionados com o Karaté são os Dirigentes (D), os Médicos (M) e os Formadores (F). Falta ainda estabelecer/reconhecer formalmente a função dos Juízes de Graduação (JG) tacitamente prevista nas graduações dos praticantes para ter definido definitivamente o quadro de recursos humanos do Karaté.

Os Actores Institucionais

O **clube**, como núcleo de reunião de praticantes e ou competidores de Karaté, dinamiza as suas actividades tendo em vista o desenvolvimento integral dos seus membros. As actividades caracterizadoras de um clube desportivo são a prática desportiva orientada para o desenvolvimento integral dos seus protagonistas, ou seja, o treino orientado, sendo a participação em actividades (do estágio à competição institucionalizada, passando pelo exame de graduação), o teste-reflexo da direcção e sentido dados ao treino regular. Assim, o objectivo fundamental do processo não é a competição ou o exame em si mesmos; servem para demonstrar em que medida o treino está a ser bem ou mal orientado. A verdadeira essência da própria competição é, pois, a preparação para a competição, tal como a do exame é a sua preparação.

Sem procurar fazer a redução do Karaté (para nós com o mesmo significado que Karaté-do) ao universo competitivo, permitam-nos salientar que as implicações técnicas e pedagógicas dali inerentes são profundas, tal como o são as implicações orgânicas e administrativas, sem as quais aquelas não podem seguir o seu rumo.

Esta visão "competitiva institucionalizada" do Karaté e de outras artes marciais, tem sido mais atacada do que compreendida. O Karaté "desportivo" (como às vezes o denominam erradamente) não antagoniza a pura visão "marcial" da modalidade (também mais defendida e atacada do que compreendida). Os conteúdos que modernamente encerram os valores desenvolvimentistas do desporto, em paralelo com os bons valores inerentes aos BUDO (武道), que devem integrar e superar os valores BUJUTSU (武術) e BUGEI (武芸) com referência principal ao BUSHIDO (武士道), são os conteúdos fundadores das actividades do actual treino desportivo no KARATEDO (空手道).

O treino desportivo e a participação competitiva tornaram-se possíveis à escala mundial porque se aceitaram regras desportivas da modalidade que permitem, a quem o quiser e no período de desenvolvimento que quiser, objectivar com alguma clareza a orientação dada a um determinado tipo de treino.

Com a expressão competitiva institucionalizada no Karaté surgem, sem qualquer dúvida, novos objectivos e os actores inerentes a este processo são, como se depreende, os clubes enquanto núcleos de praticantes com uma orientação determinada. O clube A direcciona e dá um determinado sentido à preparação dos seus karatecas competidores; o clube B direcciona e dá outro sentido na mesma

preparação. Eles encontram-se para testar os seus métodos, perante o nível dos seus competidores (físico, técnico, tático, psicológico, ético-social) de forma a reestruturarem a sua intervenção, procurando sempre a melhoria das prestações dos seus praticantes, vendo a globalidade do processo e não a restritiva vitória momentaneamente utilizável.

A forma mais rentável conhecida para se juntarem os clubes para o "teste" é, num primeiro nível, por afinidade geográfica: daí os "regionais". Só depois se justifica um maior investimento dos recursos disponíveis, no sentido da comparação em níveis com maiores custos (inter-regionais, nacionais, internacionais, mundiais).

Assim, a actividade regional é, no nosso ponto de vista, a base fundamentadora do dinamismo competitivo nacional.

É por isso que surge um novo instrumento organizativo: a **descentralização**.

Descentralização / Liberdade Associativa

Num primeiro nível de descentralização é conveniente evidenciar a necessidade de autonomia no livre associativismo sem colocar em risco os valores da liberdade.

Na verdade, a Constituição da República Portuguesa define o direito à liberdade de associação, permitindo que os indivíduos constituam associações, que a elas adiram e que delas possam sair sem qualquer tipo de coacção.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Artigo 46.º

(Liberdade de associação)

1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.
2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.
3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.
4. Não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.

A forma de constituição dos clubes ou associações de Karaté é fundamentalmente a mesma. No âmbito do Código Civil Português podemos encontrar as principais indicações.

CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS

SECÇÃO II

Associações

ARTIGO 167º

(Acto de constituição e estatutos)

1. O acto de constituição da associação especificará os bens ou serviços com que os associados concorrem para o património social, a denominação, fim e sede da pessoa colectiva, a forma do seu funcionamento, assim como a sua duração, quando a associação se não constitua por tempo indeterminado.

2. Os estatutos podem especificar ainda os direitos e obrigações dos associados, as condições da sua admissão, saída e exclusão, bem como os termos da extinção da pessoa colectiva e consequente devolução do seu património.

ARTIGO 168º

(Forma e publicidade)

1. O acto de constituição da associação, os estatutos e as suas alterações devem constar de escritura pública.
2. O notário deve, oficiosamente, a expensas da associação, comunicar a constituição e estatutos, bem como as alterações destes, à autoridade administrativa e ao Ministério Público e remeter ao jornal oficial um extracto para publicação.
3. O acto de constituição, os estatutos e as suas alterações não produzem efeitos em relação a terceiros, enquanto não forem publicados nos termos do número anterior.

(Redacção do Dec.-Lei 496/77, de 25-11)

Têm sido elogiados os movimentos associativos na institucionalização do Desporto em Portugal e, assim, na institucionalização do Karaté, ao ponto de poderem ir à institucionalização da utilidade pública desportiva, como é o caso das Federações.

LEI DE BASES DO SISTEMA DESPORTIVO

(já não em vigor)

Artigo 2.º

Princípios fundamentais

- 2 - Além dos que decorrem do número anterior, são princípios gerais da acção do Estado, no desenvolvimento da política desportiva:
- (...)
- c) O reconhecimento do papel essencial dos clubes e das suas associações e federações e o fomento do associativismo desportivo;
- d) A participação das estruturas associativas de enquadramento da actividade desportiva na definição da política desportiva;

Artigo 11.º

Do associativismo desportivo em geral

- 1 - A criação e a generalização do associativismo desportivo são apoiadas e fomentadas a todos os níveis, designadamente nas vertentes da recreação e do rendimento.
- 2 - As federações, as associações e os clubes desportivos são apoiados pelo Estado, nos termos previstos na presente lei, atendendo à respectiva utilidade social.

LEI DE BASES DO DESPORTO

(agora em vigor e em vias de reestruturação)

Artigo 12º

Princípio da autonomia e relevância do movimento associativo

- 1 — É reconhecido e deve ser fomentado o papel essencial dos clubes e das suas associações e federações no enquadramento da actividade desportiva e na definição da política desportiva.
- 2 — É reconhecida a autonomia das organizações desportivas e o seu direito à auto-organização através das estruturas associativas adequadas, assumindo-se as federações desportivas como o elemento chave de uma forma organizativa que garanta a coesão desportiva e a democracia participativa.

Como instrumentos fundamentais decorrentes de um Clube, Associação ou mesmo Federação são de destacar:

Estatuto – Estado / Assembleia Geral

Regulamentos – Assembleia Geral

Normas – Órgãos

Plano de Acção

A Descentralização

Desde a sua fundação que a FNK-P mantém o artigo 6 nos seus estatutos onde, com o "fim de promover uma mais eficiente cobertura técnica e administrativa do território nacional", exprime a intenção de incentivo à "criação de estruturas regionais de acordo com a dinâmica própria de cada região". Isto demonstra a consciência clara dos Dirigentes do Karaté Nacional em relação a este problema verdadeiramente estratégico. Assim, desde há mais de 10 anos assume-se que a dinâmica própria de cada região estará na base da criação das estruturas regionais.

Dois vectores transversais importantíssimos se deparam neste movimento: as Actividades Competitivas, já evidenciadas anteriormente, e a Formação de quadros. Abre-se o caminho para o enquadramento descentralizado de Departamentos Técnicos competentes e qualificados para a função, com destaque especial para a figura do **Director Técnico Regional**, ou **Assessor Técnico Regional** a ser nomeado e contratado pela Federação sob proposta das Delegações Regionais da Federação Nacional de Karaté ou mesmo das Associações Regionais de Karaté que assumam capacidade de autonomia para essas actividades transversais com recursos materiais próprios e reconhecidos recursos humanos por parte da FNK-P.

Quanto a nós, é precisamente num processo de Coordenação Técnica Nacional (onde assentarão o Director Técnico Nacional e todos os Directores Técnicos Regionais e Associativos), a par com um verdadeiro corpo regional e nacional de dirigentes, árbitros e juízes, que se fundamentará o futuro desenvolvimento do Karaté nacional. O sentido das transformações depende das opções estratégicas de hoje, e quem as gere será o responsável pelo amanhã.

As novas competências emergem dos novos objectivos preconizados para a modalidade e o dinamismo da vertente competitiva e formativa são os vectores fundadores das actividades federativas. Trata-se, tão só, de coordenar as energias no sentido de, verdadeiramente, dar melhores condições para a preparação da competição, e da formação de recursos humanos, respondendo coerentemente às novas necessidades, aspirações e motivações das sociedades actuais.

Todo este movimento não deve ser uniformizador. Longe vai a época da uniformização do Karaté e das "artes marciais", não só a nível nacional mas também internacional. A escola (estilo) é um espaço de riqueza metodológica a não perder mas sim a compreender e dar significado; salvaguardando as diferenças entre o Shoto, Goju, Wado, Shito, etc., etc., pretende-se apenas uma plataforma desenvolvimentista do sentido comum destas escolas: a essência do Karaté.

O Modelo Híbrido – Uma Porta Aberta

Como vimos, podemos identificar claramente na organização do Karaté contemporâneo, uma **direcção vertical** assente na linhagem do estilo de Karaté cuja força fundante atravessa a formação geral e específica do praticante de Karaté através de uma determinada linha e uma **direcção transversal**, organizacionalmente mais interventiva por parte da FNK-P, que é a direcção que toca na formação de quadros humanos nas competências transversais e na organização de competições de regulamentação transversal.

Em Portugal, nada impede que estruturas regionais representativas do sector transversal da modalidade sejam reconhecidas pela FNK-P, desde que tenham capacidade autónoma de existência, e que possam mesmo ser estimuladas como um movimento de prolongamento das suas actividades transversais, ao mesmo tempo que as actuais associações de filiação dos praticantes por linhas e estilos de Karaté mantenham o seu fundamento técnico de formação técnica específica dos recursos humanos, com destaque formal para as graduações.

O poder político de filiação dos praticantes poderá manter-se no quadro actual da modalidade em termos de Assembleia Geral, sem desestabilizar o equilíbrio encontrado. Neste modelo híbrido robustecer-se-á a capacidade técnica das associações com recursos humanos para a Direcção Técnica superior ao nível da formação específica e mesmo das respectivas graduações que deverão ser sempre reconhecíveis através de associações tecnicamente competentes, ou seja, com os recursos suficientes.

As associações mais deficitárias em termos de recursos técnicos nacionais e/ou internacionais deverão, como é óbvio, usufruir do apoio de técnicos externos a essas associações, mas devidamente creditados pela FNK-P através de outras, criando parcerias tácitas entre associações dentro da Federação, numa dinâmica de simultâneo respeito pela liberdade associativa e luta pela integridade técnica.

Já hoje acontece Treinadores darem apoio Técnico de nível superior em formação e graduações a outras associações para além da sua associação de origem. Cabe a essa associação de origem definir os limites estrategicamente viáveis para os seus objectivos e cabe aos recursos humanos individuais equilibrarem a sua liberdade com o bem comum no seio da associação.

São indicadores claros de que estamos em ruptura de paradigma organizacional⁹ e que, se formos serenos e competentes nas opções e acções tomadas, equilibraremos a organização e gestão do Karaté nacional naquilo que já se define como o “paradigma do 5º estilo”. É o Karaté da FNK-P que, sem os Karatés das associações e dos clubes não existe, sem o esforço de Treinadores, Dirigentes e Praticantes, deixa de ter visibilidade e, assim sendo, esmorecerá no esplendor único da competição institucionalizada.

⁹ Ver sigmóide abordada em Sociologia do Desporto (INOCENTES, 2005).

CONCLUSÃO

Um dos instrumentos viabilizadores do sentido comum das várias escolas/estilos é, sem qualquer dúvida, a verdadeira gestão do Karaté nacional (do macro ao micro). Quanto a nós, o que mais tem faltado até agora nessa gestão é o sentido do "Kumite", ou seja o "encontro entre mãos". Chegou a hora de unirmos as "mãos vazias" e trabalhar coordenadamente para o desenvolvimento da nossa querida modalidade, sem receios menores nem falsas ambições.

A competição institucionalizada, como fenómeno social de encontro desportivo, acarreta a sua preparação. O exame de graduação como fenómeno social de encontro desportivo, acarreta uma outra preparação. O treino com outros objectivos de evolução, especificam a respectiva preparação. O Karaté não é neutral; o sentido da sua utilização é dado por nós quando o gerimos e, principalmente, quando treinamos, quando competimos, quando penetramos o ar rumo ao parceiro de treino ou de competição, rumo ao sonho constante de nos ultrapassarmos firmemente; por detrás estão muitos, muitos mestres e pela frente... quem sabe?

É este o sentido actual do desporto: do virtual ao actual; a transcendência do Homem ao mais humano.

BIBLIOGRAFIA

- Constituição da República Portuguesa.
- Código Civil Português - DECRETO-LEI Nº 47 344, (Actualizado até Dec.-Lei 323/01, de 17.12)
- Estatutos da FPK, da FPKDA e da FNK-P
- Lei de Bases do Sistema Desportivo.